



**GRUPO DE TRABALHO TRANSFRONTEIRIÇO PARA PROTEÇÃO DA
BIODIVERSIDADE, DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E POPULAÇÕES
TRADICIONAIS - GTT
Acre/Brasil - Ucayali/Peru**

Cruzeiro do Sul, 26 de agosto de 2005

CARTA AO GOVERNO PERUANO E A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU

Apresentação

Em abril de 2005 na cidade de Cruzeiro do Sul, foi criado o GT Transfronteiriço, formado por organizações da sociedade civil no Acre e instituições governamentais, solidárias aos direitos dos povos indígenas, a proteção das florestas e da biodiversidade regional. O objetivo desse Grupo é elaborar uma pauta e monitorar as ameaças da fronteira do Brasil com o Peru, especificamente entre Acre e Ucayali, bem como construir mecanismos que ajudem o poder público dos dois países a trabalharem mais em ações que promovam o bem estar das populações residentes nos dois lados da fronteira e conservem e preservem o ambiente natural ali existente, concentrados especialmente nas diferentes áreas naturais protegidas instaladas nas regiões da Serra do Divisor e do Alto Juruá

Problemática

A fronteira do Brasil com o Peru apresenta uma série de conflitos. No caso específico da região do Vale do Juruá, no Acre, com o Departamento de Ucayali, os conflitos repercutem em agressões à soberania do território brasileiro, através da invasão de peruanos na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia e ao Parque Nacional da Serra do Divisor para extração de madeira, causando sérios danos ambientais as duas áreas protegidas e problemas para os índios isolados que vivem entre a faixa de fronteira.

O avanço dos madeireiros em terras indígenas no Peru, na faixa de fronteira com o Acre, vem causando também impactos diretos as comunidades situadas na região das cabeceiras dos Rios Juruá, Amônia e Tamaia, especialmente nas Terras indígenas da etnia Ashaninka (Novo Shawaya, Sawawo, Bictória, Paitite, Dulce Gloria, Õkonashare e Nova Luz), nas terras indígenas da etnia Jaminawa (São Paulo, São Paulidio e Santa Rosa) e também na terra indígena Douradito, da etnia Amawaka. Em razão destes impactos e ameaças estas comunidades correm risco de vida e o patrimônio natural desta região está sendo destruído. Conforme constatou Benki Pianco (Maldete Pianco – Ganhador do Premio

de Direitos Humanos e Secretário de Meio Ambiente do Município de Marechal Thaumaturgo), em visita aos Ashaninka nas cabeceiras do Rio Amônia, dia 22 de agosto, as comunidades indígenas já estavam em confronto com os madeireiros. Na oportunidade Benki solicitou uma reunião de esclarecimento sobre a situação. A ele foi relatado que as comunidades se reuniram e tomaram a decisão de enfrentar os madeireiros. Com a reação dos madeireiros, os Ashaninka solicitaram reforço a organização indígena Regional Atalaia, a qual mobilizou o presidente-general do Comitê de Autodefesa e Proteção das Populações Tradicionais Rondeiros Ashaninka – OIRA, formada por mais de 800 homens armados, dos quais 100 já foram mobilizados, vindos de outras localidades, para interceder em defesa das comunidades. A decisão para enfrentar os madeireiros foi tomada no dia 18 de agosto de 2005 nas duas comunidades mais afetadas, Novo Shawaya e Sawawo. Neste confronto, até o momento, não foi registrado nenhuma morte, entretanto por estarem fortemente armados, tanto os madeireiros quanto as comunidades indígenas, é eminente um massacre de pessoas de grande proporções, a qualquer momento.

Justificativas

Considerando os compromissos assumidos pelo governo de Ucayali em 15 de julho em Pucalpa, por ocasião da Reunião Técnica com o governo do Acre, para proteção das comunidades indígenas e da biodiversidade existentes na região fronteira com o Acre;

Considerando os impactos e os efeitos negativos que este conflito pode desencadear entre as populações residentes na região fronteira Ucayali-Acre;

Considerando a gravidade da situação e a possibilidade de expansão deste conflito para outras áreas fronteiriças Acre-Ucayali;

Considerando a urgência e a necessidade de interferência e controle da situação pelo poder público em tempo hábil, antes que ocorram enfrentamentos armados, para evitar consequências mais drásticas;

Recomendações

Os representantes de organizações membros do Grupo de Trabalho Transfronteiriço, reunidos no dia 26 de agosto de 2005 na cidade de Cruzeiro do Sul, solicitam ao Governo Peruano e a Comissão de Direitos Humanos da ONU as seguintes providências:

1 – O envio de equipe governamental peruana com a presença de autoridades das Nações Unidas para averiguar a situação in loco e controlar o conflito;

2 – Imediata revisão das concessões florestais situadas na fronteira com o Acre e suspensão imediata daquelas concessões que viabilizam a destruição da biodiversidade nas

Terras Indígenas peruanas e a invasão de madeireiros peruanos no Parque Nacional da Serra do Divisor e na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, em território brasileiro;

3 – Instalação imediata de postos de controle e fiscalização na fronteira da região Acre-Ucayali, com a presença de representantes dos governos peruano e brasileiro;

4 – Construção e implementação de plano de desenvolvimento para região de Ucayali na fronteira com o Acre, visando o uso sustentável dos recursos naturais e a defesa das comunidades indígenas.

Assinam este documento:

CASAVAJ – Cooperativa das Associações do Juruá

ASAEBRICAL – Associação Agro Extrativista da Bacia do Rio Croa e Alto Alagoinha

OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Juruá

SOS Amazônia

ASAJURUA _ Associação Agro Extrativista do Alto Juruá

ASATEJO – Associação de Produtores Rurais do Rio Amônia

ASATEJO – Associação Agro Extrativista do Rio Tejo

Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo

SEPLANDS – Secretaria de Planejamento Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre

IEVAL _ Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do Vale do Juruá

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

PHC – Patrimônio Histórico Cultural do Estado do Acre

CPI – Acre – Comissão Pró Índio do Acre

SEPI – Secretaria Estadual dos Povos Indígenas do Acre